Projeção de Poder do Brasil no Atlântico Sul: As Contribuições da Cooperação Brasil-Namíbia no Campo da Defesa

Bruno Mesquita Falcetti
Ivo Souza Ferreira
Mateus Luís Modena Jacinto
Natália Duarte Reis Rangel
Vinicius Ferreira da Silva[1]
José Alexandre Altahyde Hage[2]

RESUMO: O presente trabalho busca investigar a importância do Atlântico Sul para o Brasil, tencionando analisá-lo em termos estratégicos e políticos. O Estado brasileiro desenvolveu linha afirmativa e pragmática para o seu entorno estratégico, primando pela criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) como foro multilateral de diálogo e articulação estratégica, no escopo das políticas externa e militar. Toma-se por objetivo expor o caso de cooperação técnica entre Brasil e Namíbia no campo da defesa naval, como forma de o país projetar poder no Atlântico Sul. Para tanto, analisa a política externa do Brasil e suas interconexões com a política de defesa para o Atlântico Sul, à luz da cooperação Sul-Sul existente entre os dois países. Para a elaboração deste trabalho, seus autores se valeram da pesquisa bibliográfica, explorando documentos ligados aos objetos pesquisados, sobretudo de fontes oficiais governamentais e militares. Conclui-se que além de ser método eficiente para manter a área pacificada a atuação conjunta da política externa e das Forças Armadas na região contribui para a projeção de seu poder nessa área de grande relevância geoestratégica, dando bases à criação da desejada – e necessária - liderança política e militar do Brasil no Atlântico Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Atlântico Sul; Brasil; Namíbia; Poder; Defesa; Política Externa.

INTRODUÇÃO

A militarização das estratégias de defesa, bem como a constante securitização, fez com que o Atlântico Sul ganhasse crescente destaque na cena internacional. Não apenas para Brasil, mas também para outros Estados, essa região passou a ter relevância por abarcar questões de soberania nacional, pela alta disponibilidade de recursos de energia (notadamente

[1] Os cinco primeiros autores são estudantes do Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de São Paulo *Campus* Osasco – Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (UNIFESP-EPPEN).
[2] Coautor e orientador da produção do presente trabalho. Professor Doutor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo *Campus* Osasco. Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Graduado em Sociologia Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Especialista em Política Internacional também pela FESPSP. É professor responsável pelas cadeiras de Geopolítica e Questões Estratégicas Contemporâneas na UNIFESP.

carburantes como petróleo e gás), assim como outros recursos minerais estratégicos. Adiciona-se a isso o adensamento dos fluxos comerciais marítimos no contexto do pós-Guerra Fria, em que os sistemas de navegação acabaram por se tornar cada vez mais globalizados.

Este artigo buscou analisar as possíveis contribuições que o caso de cooperação em defesa entre Brasil e Namíbia poderia trazer à projeção de poder do Brasil no Atlântico Sul. Para isso, fez-se necessário entender essa relação à luz da política externa brasileira ao defender seus interesses na região. Entende-se que as cooperações de nível técnico-militar, nesse caso, no setor naval, são estratégias bem-sucedidas de inserção e projeção de poder.

Conforme salientaram Abdenur e Souza Neto (2014) a cooperação brasileira, além de versar sobre ações nas áreas social e econômica, tem tido crescente atuação na área da defesa. Contando com a relação institucional de importantes esferas do Estado brasileiro, há parcerias das Forças Armadas do Brasil que buscam implementar projetos junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Desta forma, este trabalho busca contribuir com os estudos na área, dando destaque ao caso de cooperação entre Brasil e Namíbia.

Portanto, o presente trabalho pretendeu analisar o desenvolvimento das ações do governo brasileiro no Atlântico Sul, tangenciando questões salutares de sua participação na ZOPACAS e como ela foi capaz de exprimir e fortalecer as políticas nacionais de Defesa e Segurança contribuindo com os propósitos da política externa brasileira.

Este trabalho será dividido em quatro seções. O artigo procurará, num primeiro momento, abordar a importância do Atlântico Sul para a obtenção dos interesses nacionais do país, sobretudo sobre a discussão do "vazio de poder" existente na área. A segunda seção buscará entender as formas como o Brasil preenche esse espaço estratégico, considerando as diretrizes políticas prioritárias de Defesa e Segurança para a região. Aborda-se a criação da ZOPACAS, o instituto da cooperação técnica em defesa com os países ribeirinhos do Atlântico Sul e como essa iniciativa auxiliou na projeção internacional do país. A terceira versará sobre as interconexões das políticas Externa e de Defesa, dando ênfase na importância desses vetores para a cooperação com o continente Africano, em especial para a Namíbia. Por fim, pretendeu-se estudar o caso da cooperação bilateral entre Brasil e Namíbia, no campo técnico-militar do setor naval, e entender quais suas contribuições para as pretensões brasileiras de projetar seu poder sobre a região estratégica do Atlântico Sul.

O ATLÂNTICO SUL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL

Considerando as questões política, econômica, social, militar e ambiental, sabe-se que os oceanos sempre desempenharam papel fundamental na história das civilizações. Dados os fluxos de comércio, a exploração de recursos e o transporte, além de serem parte importante do processo de globalização, os espaços marítimos se tornam cada vez mais decisivos. No caso brasileiro, a relevância do mar é inquestionável para seu progresso e desde o descobrimento do país, vem sendo instrumentalizado para determinado fim (SILVA, 2014, p. 202).

Concluída a Guerra Fria, o Atlântico Sul[3] seria espaço geopolítico ainda mais prioritário para o Brasil, sobretudo por fatores de segurança. É área de fundamental importância para a economia do país, por onde se dá cerca de 95% de seu comércio exterior

[3] Segundo WIEMER (2013), é definido como a região compreendida entre o paralelo 16º N, a costa ocidental da África, a Antártica, o leste da América do Sul e das Antilhas menores, incluindo as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)."

via rotas marítimas (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, p. 221). A preocupação com a manutenção da segurança dessa área aumentou consideravelmente - em virtude das descobertas de recursos naturais energéticos (como petróleo e gás) - no que concerne ao aumento da influência externa.

A proteção de tais recursos pode colocar o Atlântico Sul no mesmo patamar de prioridade que a Amazônia numa perspectiva de defesa. Além de ser responsável por interligar a América do Sul à África, é, por essência, um espaço estratégico para negociações nos planos político, técnico e comercial entre os dois continentes, tendo primazia no que tange ao comércio entre Europa, América Latina e África. A região tem peso estratégico para o Brasil que pode mesmo ser equiparado ao da Amazônia. Tomando por base essa comparação, o termo Amazônia Azul [4] foi cunhado pelo almirante Roberto de Guimarães Carvalho no ano de 2004, com o propósito de destacar a importância desta faixa oceânica.

De acordo Golbery do Couto e Silva e Therezinha de Castro, importantes autores da geopolítica nacional (nos anos 1960 e 1970), a região do Atlântico Sul também é central para a atuação e segurança brasileiras. Na ocasião em que escreviam, preocupavam-se com facilidade de acesso à América Latina, caso houvesse invasão do Atlântico Sul africano por inimigos dotados de forte aparato militar, como era o caso da União Soviética. Já vinha desse período o argumento favorável ao aumento da Zona Econômica Exclusiva e aos investimentos do Estado brasileiro em desenvolver submarinos convencionais e nucleares. Esses argumentos continuam latentes quando se considera a estratégia brasileira de defesa do Atlântico Sul.

Segundo o Ministério da Defesa (2012, p. 38), o Atlântico Sul possui áreas estratégicas significativas como a "Garganta Atlântica", espaço intercontinental salutar ao comércio mundial, situado entre a costa do Nordeste brasileiro e a África Ocidental. Ligando o Atlântico ao Pacífico, as passagens ao sul constituem uma via alternativa ao Canal do Panamá, sobretudo para navios de grande porte. Pelo fato de conectar o Atlântico Sul ao oceano Índico, a rota do Cabo da Boa Esperança é uma alternativa ao canal de Suez, por ofertar melhor acesso marítimo à Antártica.

O Brasil exerce uma influência natural sobre o Atlântico Sul, justamente por ser possuidor da maior costa entre as nações banhadas por esse oceano. Dessa forma, considera-o parte integrante do seu entorno estratégico, tendo o dever de garantir sua defesa. Marcelo Côrtes Neri (2014, p. 10) ressalta que, assim como há relação direta entre estabilidade sul-americana e estabilidade brasileira, a paz no Atlântico Sul é condição essencial para a manutenção da segurança do Brasil. Isso faz com que os problemas desse oceano sejam, também, problemas brasileiros. Portanto, os eventos ocorridos na margem africana do Atlântico Sul dizem respeito e, refletem diretamente nos interesses nacionais.

ATLÂNTICO SUL: DA PASSIVIDADE À RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA

> Ora, presentemente, quando o mar intervém nas questões entre os povos, é como o raio. Em poucos dias a agressão, o combate e a vitória, ou a ruína. Uma batalha

[4] Segundo a Marinha do Brasil "Amazônia Azul é o patrimônio brasileiro no mar. Trata-se da extensa área oceânica, adjacente ao continente brasileiro, que corresponde a, aproximadamente, 52% da nossa área continental e que, devido à importância estratégica, passou a ser denominada "Amazônia Azul" pela Marinha do Brasil. Envolve a Zona Exclusiva brasileira que tem uma área oceânica de aproximadamente 3,6 milhões de km², os quais, somados aos cerca de 900 mil km² de Plataforma Continental além das 200 Milhas Náuticas, reivindicadas junto à ONU, perfazem um total aproximado de 4,5 milhões de km²". Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sic/amazonia-azul.html >. Acesso em: 10/04/2018.

suprime uma esquadra, e a supressão de uma esquadra pode envolver o desaparecimento de uma nação. (BARBOSA, Ruy. *A Lição das Esquadras*. 1898).

Ao escrever para *A Imprensa*, em 16 de novembro de 1898, Ruy Barbosa aspirava não apenas exprimir que o futuro e a grandiosidade do Brasil estavam intimamente ligados ao mar, mas demonstrar também que, dada a relação brasileira com o mar, deixá-lo ao sabor da fortuna poderia significar a pior das injúrias à nação. A defesa do Atlântico Sul – a conhecida Amazônia Azul – trata-se, portanto, de uma questão não apenas de soberania territorial, da defesa de todo um povo, de sua existência e cultura, mas da proteção de um grande provedor de riquezas (MONTEIRO *et al*, 2015, p. 2).

É fato que a defesa do Atlântico Sul, ao fim e ao cabo, trata-se de uma questão de sobrevivência econômica e política do Brasil, contudo, compreender a importância estratégica da Amazônia Azul é, necessariamente, compreender, em termos gerais, a importância estratégica da zona em questão. Portanto, pretende-se sintetizar nessa seção as questões estratégicas e os desafios que envolvem o Atlântico Sul nas primeiras duas décadas do Século XXI.

Durante sua fala, no XXXII Colóquio de Relações Internacionais da Universidade do Minho, o Tenente-General reformado Abel Cabral Couto procurou enquadrar os aspectos gerais que condicionam a importância estratégica do Atlântico Sul a nível mundial e regional. Segundo Couto (2012), a tendência de evolução dos grandes espaços geopolíticos, a ascensão da China como potência – econômica e militar – e do Brasil enquanto polo de poder emergente fornecem os traços gerais para entender a guinada da importância estratégica do Atlântico Sul.

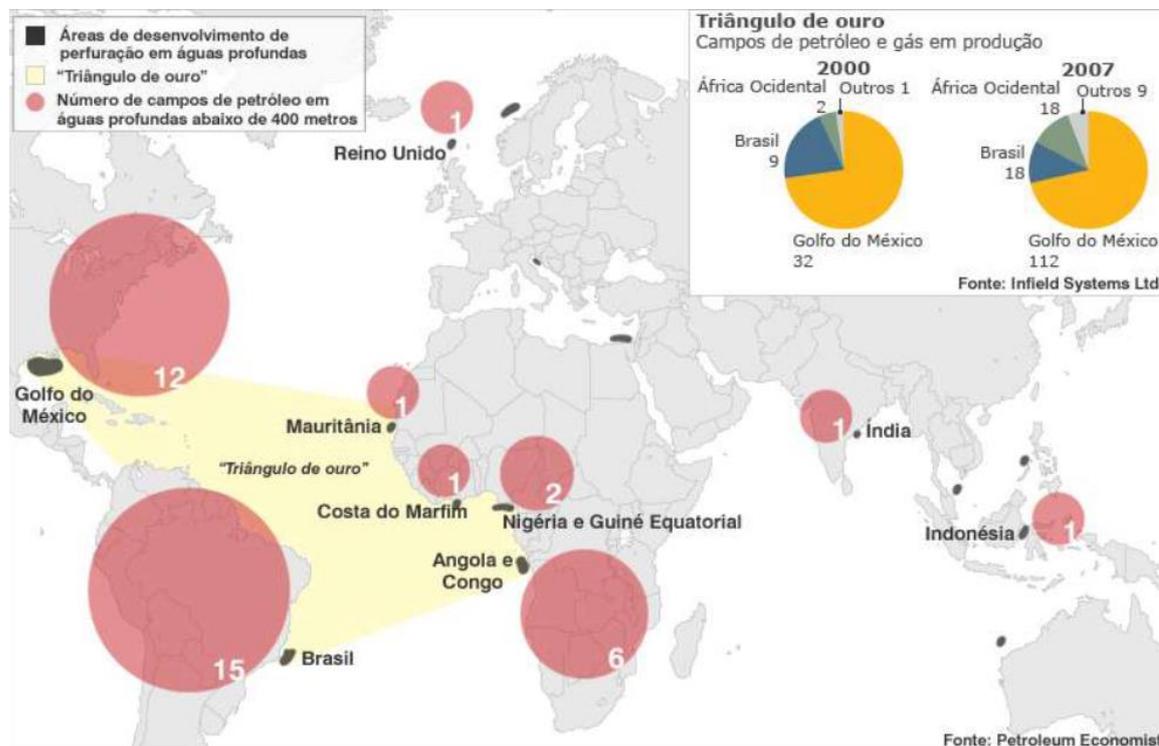
Com o fim da Guerra Fria, o afrouxamento das tensões de um mundo bipolar fez com que o eixo de importância estratégica gradualmente se tornasse do Atlântico Norte para o Pacífico (COUTO, 2012, p. 240) não por simples acaso. Os Estados Unidos haviam percebido que a ascensão da China representava uma crescente ameaça, não somente à sua posição enquanto potência global, mas no sentido de ter um competidor à altura em termos de poder marítimo.

Esse risco crescente, como os norte-americanos notaram, poderia desenhar novo cenário de alinhamentos à China e, portanto, trataram de estabelecer um anel de parcerias com muitos dos países banhados pelo Índico e Pacífico em resposta ao novo paradigma (KAMEN, 1990). A movimentação massiva de recursos militares e diplomáticos para o Pacífico fez com que o Atlântico Sul passasse despercebido e, com isso, seguiu sendo uma zona distante de grandes disputas estratégicas a nível global[5]. Isso não significa, contudo, que o Atlântico Sul seja ainda um palco passivo – a realidade é completamente inversa.

O caminho livre proporcionou aos países banhados pelo Atlântico Sul uma intensificação na exploração daquelas águas e é por esse vetor que o Brasil se orientou, aproveitando-se do vácuo de poder presente, para intensificar sua projeção naquelas águas (LESSER, 2010, p. 8).

O desenvolvimento tecnológico e a cooperação entre os países da região permitiram a descoberta de abundantes bacias de petróleo e gás natural, além da otimização de extração das jazidas já existentes, das fontes alimentares e minerais em ambas as margens do Atlântico Sul (COUTO, 2012, p. 241-243). Portanto, a inflexão do eixo de importância estratégica do

[5] Além do relativo isolamento do Pacífico, palco das muitas tensões que afetam a estabilidade global, o Atlântico Sul tem estado livre da proliferação nuclear e dos mísseis de médio ou longo alcance (LESSER, 2010, p. 13) desde quando o Brasil, Argentina e a África do Sul suspenderam seus programas nucleares.

Figura 1

Fonte: BBC News: US & Canada. *Oil industry 'double checking' deep drilling safety*. BBC, jun. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/10298342>. Acesso em: 15/04/2018.

Atlântico Norte para o Atlântico Sul é muito particularmente tributária à expansão da exploração daquela área.

A exploração dos recursos energéticos no Atlântico Sul tem sido, portanto, a grande alavanca de ascensão do Brasil rumo ao *status* de grande potência econômica e energética. O investimento massivo na exploração desses recursos e a busca por parcerias estratégicas na América do Sul e na África Ocidental, para garantir a proteção das riquezas naturais naquele mar, propiciou um grande aumento da influência brasileira sobre esses países (LESSER, 2010, p. 8-9). Além disso, a proximidade geográfica e política com as nações sul-americanas, mais precisamente na primeira década do Século XXI, e a distância relativamente curta entre o nordeste brasileiro propiciam uma posição privilegiada do país na gestão das parcerias estratégicas para exploração e defesa do Atlântico Sul (COUTO, 2012, p. 242-243) – além de constituir um relevante triângulo estratégico de cooperação entre Brasil, Angola e Cabo Verde.

Deve-se notar que, a partir do cenário que foi desenhado até agora, é perceptível a relevância do Atlântico Sul enquanto fornecedor de um vasto mundo de recursos energéticos estratégicos e também grande fonte em matérias alimentar e mineral. Contudo, as grandiosidades oferecidas por essas águas trazem consigo, além das riquezas, grandes desafios.

De acordo com Couto (2012), problemas estruturais relevantes se colocam para grande parte dos países africanos banhados pelo Atlântico Sul e, dentre eles estão as precárias estruturas político-administrativas[6], forças armadas problemáticas e disposições territoriais,

[6] Geralmente são minadas pela corrupção ou se apresentam como regimes autoritários mais preocupados com a manutenção da ordem interna do que externa (COUTO, 2012, p. 243).

herdadas do período colonial, que configuram tensões étnicas – potenciais ou reais. Esses entraves constituem vulnerabilidades estratégicas que potencializam a manifestação de ameaças como, por exemplo, o contrabando, o narcotráfico e a pirataria. Contudo, à medida que as parcerias no Atlântico Sul avançam, no âmbito da cooperação técnica e de defesa, ocorrem pequenas alterações no sentido de reduzir essas vulnerabilidades (LESSER, 2010, p. 14).

Desta forma, é possível perceber que, além de lidar com as mencionadas vulnerabilidades estratégicas, os países banhados pelo Atlântico Sul terão uma larga gama de desafios que abrangem desde a ambição de potências globais até o crime transnacional – sendo o primeiro substancialmente expresso pelo crescente interesse estratégico dos Estados Unidos na região[7] e a progressiva penetração econômica chinesa na bacia do Atlântico Sul, tendendo a causar grandes preocupações às nações da região (COUTO, 2012, p. 244).

Como resposta a essas problemáticas é possível observar, por exemplo, o reflexo desses desafios na Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e no estreitamento dos laços de parceria estratégica com os Estados da África Ocidental, principalmente no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)[8]. Discute-se a partir desse ponto, com maior cautela, sobre os interesses e parcerias estratégicas do Brasil no Atlântico Sul, tendo como fio condutor o caso de cooperação com a Namíbia.

Na década de 1980, em visita oficial a Cabo Verde, Moçambique e Angola, o então presidente da República do Brasil José Sarney, poria em prática uma ideia importante para país. Deveria ser garantida a presença brasileira no Atlântico Sul, através de apoio político ao continente africano, de forma a se criar uma região pautada pela cooperação e paz. Buscando viabilizar a defesa sul-atlântica, com o contributo e envolvimento do Brasil e de algumas nações da faixa atlântica africana, seria criada em 1986 a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS) ao abrigo da Resolução 41/11, sob os quadros da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

Criada na época da Guerra Fria, a ZOPACAS foi pautada no discurso em prol do movimento dos Não-Alinhados, como forma de responder à bipolaridade que permeou o período. Com efeito, o Atlântico Sul ficaria distante da corrida armamentista dos Estados Unidos e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Ficaria sendo utilizado, por um tempo, apenas para navegação comercial alternativa e transporte de petróleo, já que os EUA consideravam baixo o risco soviético na porção sul do Atlântico devido ao distanciamento entre as regiões (GONZALES, 2014).

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul está presente no discurso do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em um contexto distinto daquele em que foi criada, ficando evidente o interesse brasileiro na projeção de poder. Essa iniciativa visa trabalhar em prol da preservação da paz no Atlântico Sul para que a região se mantenha como zona livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017). Segundo o Livro Branco de Defesa Nacional,

---

[7] O crescente interesse dos Estados Unidos no Atlântico Sul dá-se em função da busca pela diversificação de suas fontes energéticas, uma vez que a região em questão oferece uma alternativa mais segura e estável em relação aos riscos “geopolíticos estruturais” oriundos da exploração energética no Oriente Médio (LESSER, 2010, p. 12-13).

[8] A ZOPACAS inclui países da costa leste da América do Sul e da costa oeste da África. É integrada por 24 países membros banhados pelo Atlântico Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 39).

> O Atlântico Sul tem identidade histórica e características estratégicas próprias. A Resolução nº 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas conclama os Estados militarmente significativos de outras regiões a não introduzirem armamentos nucleares ou outros armamentos de destruição em massa no Atlântico Sul. Sua presença militar nesse oceano deve ser reduzida e, futuramente, eliminada. Conflitos e rivalidades estranhos ao Atlântico Sul não devem ser projetados sobre ele por Estados situados em outras regiões. Ao renovar seu envolvimento com esses preceitos multilaterais, o Brasil deseja contribuir, de forma responsável e em colaboração com seus parceiros da ZOPACAS, para o aproveitamento do potencial de desenvolvimento socioeconômico da região do Atlântico Sul (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 36)

A Estratégia Nacional de Defesa expõe a referida projeção de poder desejada pelo Brasil no que tange ao setor marítimo, como um dos pontos relevantes sublinhados pelos objetivos da Marinha: a negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder[9], que se enreda num ambiente cuja presença de potências como a Grã-Bretanha, França e os Estados Unidos é uma realidade.

Conforme ressaltou Isadora Coutinho (2014), a questão de possíveis ingerências externas também é levada em conta pela diplomacia brasileira. As Malvinas/Falklands e a Ilha de Ascensão estão sob posse da Grã-Bretanha, sendo pontos insulares estratégicos para o país no Atlântico Sul. A França tem Guiana Francesa com território ultramarino, onde possui base naval, tendo reconhecido o papel estratégico da África para sua segurança. Em 2008, ocorre reativação da IV Frota pelos Estados Unidos, baseada na Ilha de Ascensão em parceria com o governo britânico, visando assegurar seus interesses no Atlântico Sul.

Tomando por base essa problemática, o Brasil coloca o Atlântico Sul como cerne de seus interesses, tornando clara essa posição em seu Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN). Para o século XXI – e também no âmbito da ZOPACAS – expressa que este oceano é ambiente estratégico para o governo brasileiro, ressaltando que o país se coaduna aos princípios multilaterais a fim de colaborar com seus parceiros, em vistas de promover máximo aproveitamento do potencial de desenvolvimento socioeconômico da região do Atlântico Sul (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

O governo brasileiro, ao promover a Política Nacional de Defesa (PDN), destaca-o como uma de suas prioridades juntamente com a Amazônia, em face da sua imensa concentração de poder político e econômico. Em suas orientações, destaca a disposição de suas capacidades em exercer vigilância, controle e defesa das águas jurisdicionais brasileiras, seu espaço aéreo e preservação da segurança das linhas de comunicações marítimas e das linhas de navegação aérea, com ênfase no Atlântico Sul (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

A Estratégia Nacional de Defesa (END) apresentou que uma das preocupações mais agudas de defesa está no Atlântico Sul. A END determinou que, na elaboração das hipóteses de emprego (possível mobilização das Forças Armadas em determinada situação e/ou áreas de interesse estratégico para a defesa nacional), a Estratégia Militar de Defesa deveria contemplar o emprego das Forças Armadas em decorrência da ameaça de conflito armado no

[9] Trata-se da projeção de poder marítimo. Para Alfred Mahan, a posição geográfica como elemento de poder marítimo é a principal condição para obtenção do controle marítimo (MAHAN,1890, p.33). Entende-se, pelos conceitos de SILVA (2007) que poder marítimo é definido como a capacidade de um Estado de explorar o conjunto de atividades relacionadas com o mar no campo político, econômico, social, ambiental e militar, sendo que o poder naval é o componente militar do poder marítimo.

Atlântico Sul. Isso demanda maior articulação das Forças Armadas, que visa aumentar cada vez mais sua presença militar nestas regiões (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

AS INTECONEXÕES ENTRE A POLÍTICA ESTERNA BRASILEIRA E A POLÍTICA DE DEFESA NA COOPERAÇÃO COM A ÁFRICA

No contexto da Guerra Fria, o Atlântico Sul se consagrou como espaço condicionado ao emprego de forças navais no âmbito da defesa das Américas. Dado o fim desse período, observou-se que essa área passou a ser prioridade estratégica para a política externa brasileira e se apresentou com eixo fundamental para a inserção internacional do país.

Em 1986, a proposta brasileira em transformar o Atlântico numa zona de paz e cooperação foi um fato de grande importância no contexto do diálogo Sul-Sul. Com envolvimento do Brasil e a contribuição das nações africanas ribeirinhas, seria criada a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS).

A iniciativa logo se reverteu em favor do Brasil, por ter sido um ato político e diplomático assertivo em termos de definição de estratégia para a referida região, ao passo que a ZOPACAS se tornaria importante instrumento para integração e cooperação regional. A partir daí, criou-se espaço para o Brasil responder às solicitações de cooperação de vários países africanos, fato que além de ter fortalecido as relações bilaterais ajudou a projetar a política externa brasileira para o continente, sobretudo, em questões de segurança e defesa do Atlântico Sul.

Em virtude de sua própria projeção atlântica, e considerando a disponibilidade de recursos subjacentes, o Atlântico Sul insta como dado necessário à formulação da política externa e de defesa do Brasil. Conforme sublinha Antônio Ruy de Almeida Silva (2014), se, na dimensão global, o Atlântico Sul tem papel secundário, no âmbito regional, sua importância econômica e geopolítica é fundamental para o Brasil. Diante disso, torna-se clara a razão de a Política Nacional de Defesa considerar o Atlântico Sul como parte integrante do entorno estratégico do país.

O Brasil empenhou bem-sucedida estratégia de afirmação externa através do *soft power*[10], observando-se nisso o intuito das relações bilaterais e multilaterais, por meio do intercâmbio tecnológico, econômico e cultural. Nesse sentido cabe ressaltar, no bojo das estratégias da política externa brasileira, a importância do setor da defesa na eficácia da diplomacia brasileira (CAE-CPLP, 2014, p. 13).

A projeção internacional do país aos níveis regional – notadamente no Atlântico Sul – e internacional, deveu-se aos objetivos concretizados pelas Forças Armadas Brasileiras no que tange a sua orientação de atuação internacional. O primeiro objetivo foi a manutenção da estabilidade regional ao sustentar a segurança dos Estados na prevenção contra ameaças internas e externas; já o segundo foi orientado à manutenção da paz e da segurança internacional.

Visando manter um espaço regional pacificado, o componente da defesa ocupa posição de destaque na atuação brasileira. Com a intensificação das relações com o continente africano, a cooperação na área da defesa se consagrou como legítima política de Estado e com alto grau prioritário. Nesse sentido, o país passou a desenvolver programas de cooperação em

---

[10] Conceito criado por Joseph Nye Jr., o *soft power* – ou "poder brando" em tradução livre – é usado para definir o poder de uma nação atrair outra para seus objetivos políticos e estratégicos sem fazer uso da força militar, situação que ficou caracterizada pelo mesmo autor como *hard power*. Segundo Joseph Nye Jr., o país que faz uso do *soft power* promove a força da atração das ideias na consecução de seus objetivos (2009, p. 76).

defesa na região do Atlântico Sul, com base numa relação de estreita coordenação institucional entre os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores (*Ibidem*, p. 14).

Ao balizar sua política externa seguindo a orientação Sul-Sul, mas sem deixar de lado sua área regional primacial, o Brasil veria a África como uma extensão de seus interesses econômicos e diplomáticos. Segundo Paulo Fagundes Vizentini, a guinada na política externa brasileira em direção à África aumenta a importância do país na balança global de poder, a partir de uma estratégia de inserção, preenchendo as aspirações de média potência que tem o Brasil (2013, p. 202).

Esse esforço se projetou no aprofundamento das relações de cooperação com vários países do litoral atlântico africano, sendo refletido na variada gama de Acordos de Defesa, dentre eles com a Namíbia, caso que esse trabalho pretendeu estudar. Considerando que política externa e política de defesa se tornam elementos interligados, para o IPEA (2014),

> O discurso oficial relativo à vertente Sul-Sul desta cooperação ressalta os laços histórico-culturais transatlânticos e a solidariedade, sobretudo para com os países lusófonos da África, que chegam a receber praticamente 70% da cooperação brasileira prestada ao continente.[...]No entanto, o governo brasileiro usa a cooperação Sul-Sul não apenas para estreitar laços com parceiros históricos, mas também como forma de projetar sua influência e avançar interesses políticos, econômicos e de defesa” (IPEA, 2014)

A atuação internacional da Marinha do Brasil e de outros setores da Forças Armadas no Atlântico Sul merecem enfoque especial. As iniciativas de cooperação em defesa com os países ribeirinhos desse oceano se dão num espaço geográfico de vital importância ao país, dada a contiguidade em termos de zona econômica exclusiva, das extensões das plataformas continentais e da defesa do mar territorial. Verifica-se nisso a ampliação da presença militar brasileira na região, através de exercícios conjuntos com a marinhas africanas ou mesmo pelos programas de cooperação.

No escopo da cooperação Sul-Sul, é notável o esforço empreendido pelo país no projeto de contribuir com a integração dos países banhados pelo Atlântico Sul. A cooperação técnico-militar, sobretudo no setor naval, pode ser vista não apenas como meio eficaz para a consecução da política externa do Brasil para a África, mas também como estratégica para sua inserção internacional e consequente projeção de poder nesse oceano. Como afirmaram Abdenur e Souza Neto, tem-se como exemplo a relação de sucesso em cooperação Sul-Sul entre Brasil e Namíbia na área de defesa e segurança do Atlântico Sul (2014, p.219). A aproximação desses países trouxe bons resultados por ter impulsionado a relação bilateral e contribuído com a definição de poderes nesse oceano, tendo preenchido um vazio naquela região através do fortalecimento das capacidades regionais.

O CASO DA COOPERAÇÃO NO CAMPO DA DEFESA ENTRE BRASIL E NAMÍBIA

Mesmo com a escalada das dificuldades na economia internacional, houve uma manutenção do apoio brasileiro ao continente africano, que encontrou verdadeira estruturação no governo de Ernesto Geisel, com o início do “pragmatismo responsável” na política externa do Brasil (SANTOS, 2008, p. 9). Em 1986, no auge do contexto de militarização do Atlântico

Sul, José Sarney levaria à Organização das Nações Unidas a pauta para que essa aprovasse o estabelecimento da Zonas de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Nessa conjuntura promoveu a I Conferência do Atlântico Sul, com a participação de diversos países africanos, onde seria discutida a emancipação da Namíbia (VIZENTINI, 2008, p. 3). Após a independentização do país, segundo o Ministério das Relações Exteriores (2015), as relações diplomáticas se iniciariam com o apoio do então presidente José Sarney, em 1987, ao líder da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) ao recebê-lo em Brasília.

Em 1990, com a adoção do neoliberalismo como política econômica, no governo Fernando Collor de Mello, houve um novo distanciamento brasileiro com relação à África. O Mercosul tinha se tornado prioridade para o Brasil. O número de representantes oficiais diminuía a cada vez mais no continente africano. O único fato marcante no campo diplomático nas relações Brasil-Namíbia foi a Criação da Embaixada do Brasil em Windhoek no ano de 1990. Após o *impeachment* de Collor e a posse de Itamar Franco, houve a reativação das Zonas de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e o Encontro de Chanceleres de Países de Língua Portuguesa – que conta até hoje com a participação de várias nações africanas.

Dois importantes passos que serviram para estreitar as relações entre Brasil e Namíbia foram dados durante o governo de Itamar Franco: o primeiro, em 1994 com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval e o segundo em 1995 com a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica.

Os acordos de cooperação empreendidos pelo Brasil, em linhas gerais, destinavam-se a promover a cooperação nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; partilhar conhecimentos e experiências adquiridas no campo de operações. Isso se cumpriria por meio de visitas de delegações de alto nível; reuniões entre as instituições de defesa; intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares; participação em cursos teóricos e práticos, estágios, seminários, conferências, debates e simpósios realizados em entidades militares.

A Namíbia, dentre os países da costa atlântica africana, foi o que mais recebeu cooperação brasileira no campo de segurança e defesa. Com o objetivo de "criar e fortificar a Ala Naval do Ministério da Defesa da Namíbia" (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1994), em 1994 o Acordo Naval era assinado dando início ao relacionamento entre as marinhas dos dois países. Foram disponibilizadas vagas para formação de oficiais e praças daquele país nas escolas navais brasileiras ainda nessa época, além de um estágio inicial para 145 marinheiros namibianos no Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste, no Rio de Janeiro (MINISTÉRIO DA DEFESA. MARINHA DO BRASIL, 2011).

Durante o governo do Fernando Henrique Cardoso, foram colocadas algumas iniciativas que seriam aprofundadas durante o governo Lula. Em 1995 houve a participação ativa do exército brasileiro em missões de paz da ONU. Houve também visitas presidenciais ao continente, o que mostra a importância que o continente africano estava figurando para o Brasil àquele momento (VIZENTINI, 2008, p. 4).

Tendo em vista os mesmos objetivos consagrados em 1994, um novo Acordo de Cooperação Naval seria assinado em 2001, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, estreitando ainda mais as relações Brasil-Namíbia. Com isso o Brasil se comprometeria a cooperar na criação e fortalecimento da ala naval namibiana. Constava-se que a Marinha Brasileira deveria assistir na organização do Serviço de Patrulha Marítima da Namíbia capaz de proteger seus interesses em suas águas internas, mar territorial e zona econômica exclusiva, fornecer embarcações e "assistir no planejamento e desenvolvimento de uma infraestrutura apropriada à atracação e suporte logístico para tais embarcações

(MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2001). Esse pacto se manteve durante os dois governos Lula (ASSIS, 2011, p. 1).

O primeiro ato concreto desse acordo foi a doação da Corveta Purus para a Marinha da Namíbia em 2004, nesse mesmo ano, acertou-se o fornecimento de embarcações construídas no Brasil.[11] De acordo com Expedito Bastos (2011) a marinha brasileira criou Grupos de Apoio Técnico, enviando militares para a base de Walvis Bay em 2006. Seria entregue o primeiro navio-patrulha construído no Brasil no ano de 2009, batizado de "Brendan Sinbwaye".

Segundo dados do Ministério da Defesa (2011) a Marinha do Brasil disponibilizou vagas para os namibianos na Escola Naval, nos cursos de Aperfeiçoamento para Oficiais em Hidrografia e de Formação de Oficiais do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), em cursos de especialização e de formação de marinheiros e soldados.

Ainda de acordo com Ministério da Defesa (2011), as ações da Marinha do Brasil incluíram, a cooperação para a criação do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais namibiano e a realização de curso de formação de soldados; o desenvolvimento do Cerimonial da Marinha; a promoção de ações conjuntas de instrução e treinamento militar, exercícios militares conjuntos; e troca de informações e a colaboração em assuntos relacionados com sistemas, softwares e equipamentos, dentre outras

Logo no início de seu mandato, Luiz Inácio Lula da Silva abriu um novo capítulo nas relações Brasil-África com sua política denominada afirmativa e propositiva. Em junho de 2003 foi lançado o fórum de diálogo IBAS ou G-3, que tem como integrantes Índia, Brasil, África do Sul; em prol da cooperação Sul-Sul. Várias visitas oficiais foram feitas pelo então presidente ao continente durante seu primeiro mandato, ele passou por países como: São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Gana, Camarões, Nigéria, Argélia, Cabo Verde, Benin, Botswana e Gabão.

Em se tratando da continuidade do pacto naval entre Brasil e Namíbia, no ano de 2009 foi assinada a "Missão de Assessoria Naval", que estabeleceu uma cooperação Sul-Sul para promover o aumento da influência naval e militar do Brasil naquela nação. Essa missão teve início em 14 de abril de 2010 (ASSIS, 2011, p. 4).

Segundo dados da Marinha do Brasil (2011), em abril de 2010 a Missão Naval na Namíbia contava com cinco oficiais e onze praças. No início daquele ano, de acordo com a Revista Forças Armadas (2011) ocorreu a formatura da primeira turma de Soldados Fuzileiros Navais da Namíbia formados pela Marinha do Brasil. Os soldados assumiram funções no "Marine Corps Battalion", futuro Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais da Namíbia.

De acordo com Abdenur e Souza Neto, a cooperação entre o Brasil e a Namíbia é bem-sucedida por resultar da orientação pacifista do Brasil, do distanciamento dos conflitos internacionais e do desenvolvimento da Marinha Brasileira à época do estabelecimento da cooperação (2014, p. 216-219). Dessa maneira, o padrão da cooperação exercida pelo Brasil se direciona ao campo estratégico militar e de modo a manter seus interesses soberanos, assim como aqueles subscritos na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

[11] A doação dessa corveta, em 2004, da Marinha do Brasil à Namíbia teria sido o primeiro ato de implementação do acordo de cooperação naval a perdurar até hoje e continua a dar sinais consistentes de vitalidade. Em 2004 seria assinado outro acordo para o fornecimento de um navio patrulha e duas lanchas patrulha para a marinha namibiana. A presença empresarial brasileira, em especial, da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) foi fundamental para o apoio logístico ao programa de fornecimento de embarcações no quadro de assistência técnica e formação de pessoal. A EMGEPRON foi contratada mais tarde para projetar e supervisar a execução do Programa de Levantamento da Plataforma Continental Namibiana. E em consequência, em maio de 2009, a Namíbia entregou uma proposta de extensão à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (CAE-CPLP, 2014, p. 16).

CONCLUSÃO

Esse trabalho pretendeu, ao longo de seu desenvolvimento, clarear os argumentos sobre a importância do Atlântico Sul, de sua representação como espaço geopolítico preferencial e estratégico para o Brasil. A região é colocada como prioritária na perspectiva de defesa, sendo que o relacionamento com a vizinhança atlântica africana através da cooperação Sul-Sul, proporcionou uma série de acordos de defesa para a referida área, projetando o Brasil para uma posição de destaque na arena internacional.

Ainda que no início os avanços no relacionamento entre Brasil e África tenham se dado de forma lenta e gradual, a influência brasileira foi expandida na ocasião da cooperação estratégica de defesa do Atlântico Sul, tendo sido bem sucedida essa projeção no continente em termos de cooperação técnica-militar e transferência do *know-how* brasileiro em matéria de defesa para países africanos, sobretudo com foi visto no caso da Namíbia.

Esse fato confirma que o Brasil avança em direção ao Atlântico Sul, com importante aproximação com a África na defesa desta área, consagrada como ponto estratégico tanto para o Brasil quanto para o continente africano. A disponibilidade de recursos naturais, os projetos de proteção contra ameaças de invasão e impedimento da pirataria, as rotas de comércio, tornam esse oceano elemento de extrema importância para o Brasil, fatos que devem ser tratados como questões latentes de soberania e segurança nacional.

O Brasil, em relação aos países do Atlântico Sul, fundamenta seus padrões de cooperação nas trocas de conhecimento e respeito à autonomia, conforme demonstrado no caso da Namíbia. A cooperação técnica e o intercâmbio intelectual visaram instruir e habilitar a defesa naval daquele país, tendo sido reconhecidos em função da parceria estabelecida e não dos ganhos relativos. Claramente, isso não significa a ausência de interesse estratégico claro por parte do Brasil na cooperação com a Namíbia, mas que o instituto cooperativo se dá com base na identificação das necessidades desse país, respeitando suas condições históricas, culturais e sociais.

O Brasil aumentaria sobremaneira sua cooperação internacional ao longo da última década, visando manter o controle estratégico do Atlântico Sul. Com o objetivo de amplificar sua influência na região, pôs em marcha seus interesses políticos, econômicos e de defesa. Sob a insígnia da cooperação Sul-Sul, o país ampliou sua influência, tanto no entorno estratégico como no exterior, com vistas a obter mais oportunidades de mercados, parcerias políticas e atuação no âmbito da defesa cooperando com países em desenvolvimento. Esses fatores tiveram vinculação crescente entre política externa e política de defesa, com o aumento da representação militar no exterior, na busca de maior aproximação com a África e, no presente caso, com a Namíbia.

Com a reformulação das capacidades militares, aliada ao imperativo da cooperação técnica naval – como demonstrado na construção da defesa namibiana com intensa participação brasileira - o país maximizará suas potencialidades para inserção e projeção de poder no cenário do Atlântico Sul. Desta maneira, percebe-se que o ponto fundamental do sucesso brasileiro foi interconectar as esferas da política externa e de Defesa na promoção da cooperação Sul-Sul. Faz-se necessário que a política externa brasileira siga as bases desse desenvolvimento e permaneça tributária da lógica pacifista e conciliatória, ao passo que o país deverá se conscientizar cada vez mais do patamar militar de excelência que deseja galgar nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes. *O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa entre Brasil e África*. In: NASSER, Reginaldo: MORAES, Rodrigo (coordenadores). O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: IPEA, 2014.

ASSIS, Roberto Antônio de. *A política externa brasileira para o continente africano*. TCC, Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <www.esg.br/images/Monografias/2011/ASSIS.pdf >. Acesso em 07/04/2018.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. *A Marinha do Brasil e sua projeção no Continente Africano*. Juiz de Fora: UFJF. 2011 Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MBCA.pdf>. Acesso: 08/04/2018.

CAE-CPLP (Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). *Brasil e Namíbia: uma cooperação bem-sucedida*. Working Paper, 2014.

COUTINHO, Isadora Caminha. *O Papel da Zona de Cooperação e Paz do Atlântico Sul (ZOPACAS) para o fortalecimento do entorno estratégico brasileiro: da criação à revitalização (1986 - 2014)*. 2013. 102 p. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COUTO, Abel C. *A Importância Estratégica do Atlântico Sul*. Nação e Defesa, 5ª Série, n. 132. 2012, p. 238-246.

GONZALEZ, Rodrigo Milindre. *Brasil e a ZOPACAS: Projeção de Poder ou Cooperação Estratégica?*. Revista Unicuritiba, Curitiba, v. 1, n. 19, p. 64-74, 2014.

IPEA. O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasilia: Ipea, p. 254. 2014.

KAMEN, Al. *East Asia Alignments Altered With Ending of the Cold War*. The Washington Post, 1990. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1990/11/26/east-asia-alignments-altered-with-ending-of-the-cold-war/e06966a7-8749-4415-ae02 7cae57969cf7/?utm_term=.0a8c4269e382>. Acesso em: 30/04/2018.

LESSER, Ian O. *Southern Atlanticism*. Washington: Brussels Forum, 2010.

MAHAN, A. T. *The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783*. Nova Iorque: Dover Publication Incorporation, 1987.

MESSIAS DA COSTA, Wanderley. *Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica e Estratégia*. São Paulo: Revista USP, n. 95, set/nov. 2012, p. 9-22.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Livro Branco da Defesa Nacional*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em: 07/04/2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2012. Disponível em:< http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 07/04/2018.

MINISTRY OF DEFENSE OF NAMIBIA. *Site oficial do Ministério da Defesa da Namíbia*. Disponível em: <http://www.mod.gov.na/>. Acesso em: 07/04/2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. MARINHA DO BRASIL. *Centro de Comunicação Social da Marinha*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/ccsm/cooperacao_Brasil-Namibia.htm>. Acesso em: 09/04/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasi*l, 1994. Windhoek, 04 de março.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zonade-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul. Acesso em: 15/04/2018.

MINISTÉRIO DA RELAÇÕES EXTERIORES. *República da Namíbia*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5593:republi ca-da-namibia&catid=155&lang=pt-BR&Itemid=478>. Acesso em: 09/04/2018.

MONTEIRO, Odilon Lugão *et al*. *A Defesa do Atlântico Sul: Uma Questão de Sobrevivência*. In: XII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional (XII CADN), 2015, Pirassununga, SP. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/defesa_do_atlantico.pdf>. Acesso em: 30/04/2018.

NERI, Marcelo Côrtes. Apresentação. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Orgs.). *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília: Ipea, 2014. p. 9-10.

NYE, Joseph S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York, Estados Unidos: Public Affairs, 2004.

NYE, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo, Gente, 2009.

PETROBRÁS. *Exploração e Produção de Petróleo e Gás*. Petrobrás. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/>. Acesso em: 30/04/2018.

REVISTA FORÇAS ARMADAS. 2011. Disponível em: http://www.revistaforcasarmadas.com.br/revista/estrutura/marinha-do-brasil-forma-primeira-turma-de-soldados-fuzileiros-navais-da- namibia. Acesso em: 09/04/2018.

SANTOS, Luiz Carlos Machado dos; *A Política Externa Brasileira para a África Negra: da "Interdependência" ao "Pragmatismo Responsável" (1946-1979)*. 2008. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/face/article/download/597/393 >. Acesso em: 11/04/2018.

SILVA, Antônio Ruy de Almeida. *O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa*. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (Orgs.). O Brasil e a

segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasilia: Ipea, 2014. p. 199-214.

SILVA, Antônio Ruy de Almeida. *Globalização e segurança marítima*. Revista marítima brasileira, v. 127, n. 10-12, out.-dez. 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A política africana do governo Lula*. 2008. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf >. Acesso em: 15/04/2018.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Geopolítica Brasil-África: A Dimensão do Atlântico Sul*. In: MONTEIRO, Alvaro Dias; WINARD, Érica, C.A.; GOLDONI, Luiz Rogério Franco (Org.). Pensamento Brasileiro em Defesa: VI ENABED. Aracaju: Editora UFS, 2013. p. 195-224..

WIEMER, Fernando Eduardo Studart. *A concepção político-estratégica e a atuação internacional da Marinha do Brasil*. Aula Inaugural dos Cursos de Altos Estudos Militares. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 27 fev. 2013.